



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL – CBH-LS

1 Aos dez dias do mês de dezembro de 2015, às 8h30min, no Auditório do Departamento
2 de Estradas e Rodagem – DER, situado na Av. Ministro José Américo de Almeida s/n,
3 João Pessoa - PB, realizou-se a 4ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias
4 Hidrográficas do Litoral Sul – CBH-LS do ano de 2015, com a presença dos membros
5 deste Comitê abaixo assinados, para tratar de uma pauta previamente encaminhada aos
6 mesmos. Após checado o quorum, a Sra. Maria Edelcides Gondim de Vasconcelos
7 (Representante do IFPB), presidente do CBH-LS, deu início a reunião e leu a pauta a ser
8 tratada: 1. Informes da Diretoria; 2. Aprovação da ATA da Reunião anterior; 3.
9 Discussão sobre mecanismos e valores da cobrança pelo uso da água (Decreto nº
10 33.613/2012); 4. Eleição para escolha do 2º Secretário do CBH -LS; 5. Apresentação:
11 “Vulnerabilidades das bacias hidrográficas do Litoral Sul Paraibano” Sr. André Lucena
12 Pires 6. Debate. A Sra. Maria Edelcides iniciou os informes, comunicando que a
13 diretoria do comitê participou da elaboração do plano municipal de saneamento de João
14 Pessoa (PMSB), considerado um avanço. A lei nº 11.445 prevê que para o
15 financiamento do abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e
16 drenagem urbana, através do Ministério das Cidades ou FUNASA, os municípios
17 precisam apresentar seus planos municipais de saneamento. O plano municipal de
18 saneamento de João Pessoa atendeu a todos os requisitos previstos pela Lei, inclusive
19 passou por várias audiências públicas. No ano passado o Ministério das Cidades
20 participou do Encontro Estadual de Comitês do Estado da Paraíba e informou que na
21 Paraíba só 28 municípios tinham planos municipais de saneamento. A Sra. Silene Lima
22 Dourado Ximenes Santos ficou de repassar a apresentação da última reunião do Plano
23 de Saneamento de João Pessoa, que tem algumas informações importantes. No plano
24 está contemplando a proteção dos mananciais e de nascentes, uma das reivindicações da
25 nossa participação como comitê de bacias. Outro informe da Sra. Maria Edelcides foi a
26 parceria do CBH –Litoral Sul com a ONG S.O.S. Mata Atlântica no projeto
27 “Observando os Rios”. Informou que estamos com um ponto de monitoramento na
28 tomada de água da captação do Gramame para o abastecimento de João Pessoa. Foi
29 realizada a primeira coleta e a previsão de dez coletas e respectivas análises, levando em
30 consideração nitrato, fosfato, coliforme, temperatura, oxigênio, ph, característica do
31 local. Trata-se de um KIT de análise desenvolvido e fornecido pela ONG S.O.S Mata
32 atlântica. A Paraíba está com 14 (quatorze) pontos de monitoramento, três deles no
33 Gramame; um dos pontos está sob a responsabilidade do IFPB, sob a coordenação da
34 professora Maria Edelcides, e o resultado da primeira análise foi regular, considerada
35 uma situação aceitável. No site da S.O.S Mata atlântica podem ser acessados os pontos
36 monitorados e como está a qualidade desses rios que estão sendo monitorados. Outro
37 informe dado pela Diretoria do CBH –Litoral Sul foi sobre o Observatório da
38 Governança das Águas que estamos tendo a oportunidade de participar do processo de
39 construção. Quem está à frente do processo de construção é a ONG - WWF. Trata-se de

40 uma proposta de monitoramento da atuação dos entes envolvidos com a gestão dos
41 recursos hídricos, através da construção de indicadores; informou que ainda estamos no
42 processo inicial de construção, mas o Comitê já está participando e já mandamos
43 algumas informações. A previsão é a criação de um núcleo em cada estado. A ênfase
44 dada é muito centrada na atuação e funcionamento dos comitês, mas também a relação
45 com os outros órgãos do SINGRH no processo de governança. Já conta com a
46 participação da ANA e de vários outros órgãos envolvidos com a gestão dos recursos
47 hídricos. Outro informe dado pela Diretoria foi a oficialização da participação do CBH
48 –Litoral Sul no “Fórum em Defesa do Rio Gramame”, assinado no dia 24 de novembro
49 de 2015 com o Ministério Público Federal e diversos outros órgãos. O Comitê já vem
50 participando de várias reuniões com o Ministério Público e outras instituições como
51 SUDEMA, SEIRMACTH, Prefeituras, Ministério do Trabalho, IBAMA, UFPB. Como
52 já tínhamos colocado, o Fórum tem quatro frentes de trabalho, além de um diagnóstico
53 em andamento pela UFPB não só para a Bacia do Gramame, mas também para a do
54 Abiaí. Trata-se de um levantamento/diagnóstico da área das bacias de todo o Litoral
55 Sul, financiado por várias indústrias e órgãos. O Ministério Público tem esse poder;
56 conseguiu a adesão da Usina Tabu, da Cagepa, ASPLAN e de vários outros órgãos, para
57 o financiamento, em torno de R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais), para um
58 diagnóstico bem mais aprofundado de toda área do Litoral Sul, com prazo de dois anos
59 para conclusão. Nesse espaço de tempo o Ministério Público definiu, com os órgãos
60 parceiros, quatro frentes de trabalho: uma em relação aos planos municipais de
61 saneamento dos municípios inseridos nas bacias, na perspectiva de solução da
62 problemática de saneamento; outra da questão da situação dos efluentes das indústrias
63 instaladas na região; outra da ocupação e uso do solo e áreas das APP, e outra para
64 certificação para as instituições que apresentarem ações pro ativas na despoluição do
65 Gramame e melhoria da qualidade da água. A Sra. Silene Lima Dourado Ximenes
66 Santos (FUNASA) colocou que hoje está acontecendo a reunião ampliada para o plano
67 municipal de saneamento do município de Santa Rita, apesar da situação política de
68 Santa Rita, frisando que Santa Rita pertence a Bacia do Rio Paraíba. A Sra. Maria
69 Edelcides comunicou que participou de uma oficina de alocação negociada de água,
70 ressaltando que, apesar da bacia hidrográfica ser considerada a unidade de planejamento
71 e gestão pela legislação, no Nordeste, principalmente, no semiárido, já se considera o
72 açude, como unidade de gestão, passível de alocação negociada de água pelos usuários
73 com intermediação dos órgãos gestores dos recursos hídricos. Essa oficina teve a
74 participação de todos os estados do Nordeste, foi inclusive enviado convite para todos
75 os membros usuários do CBH – Litoral Sul, pois seria direcionada para os usuários de
76 água. Porém, infelizmente, não houve nenhum usuário interessado. Apesar das bacias
77 do Litoral Sul não estarem vivendo o processo de alocação negociada de água, vários
78 açudes na Paraíba estão passando por esse processo. É interessante o processo de
79 alocação de água, é uma necessidade hoje, principalmente em época de estiagem, é
80 necessária uma decisão dos usuários de acordo com as disponibilidades hídricas. No
81 processo de alocação participam da reunião os usuários de água, órgãos gestores, o
82 comitê, quando é definido o papel de cada um dos entes, os usos em situação de cheia, e
83 em situação de seca, os usos prioritários, normalmente o abastecimento humano e

84 dessedentação animal, podendo ser negociado entre os usuários flexibilidades de usos.
85 Em seguida Sra. Maria Edelcides convidou a Gerente de Outorga da AESA, a Sra.
86 Andrea Cartaxo que iniciou falando que a cobrança depende da outorga, explicou como
87 funciona o processo de outorga, ressaltando que os estudos para revisão da cobrança,
88 que deverá ser atualizada, terão como base os usos de água. Passou as planilhas dos
89 usuários, discriminados por cada uso, quantidade de outorgados, outorgas vencidas e em
90 andamento, informando que poderá ser feito um trabalho em cima das outorgas
91 vencidas, com fiscalizações para fazer com que os usuários comparem a AESA,
92 atualizem as outorgas para que possam ser geradas as cobranças. Explicou que para
93 fazer os cálculos da cobrança a irrigação tem um valor, uso industrial tem outro,
94 lançamento de efluentes, irrigação. A cobrança é feita em função dos tipos de usos.
95 Continuando ressaltou que devem ser revistas as isenções e valores da irrigação, do
96 agroindustrial e o industrial. Isso está gerando muita confusão na hora que vai gerar a
97 cobrança porque às vezes diz que é uso industrial e eles dizem que é agroindústria,
98 porque tem um valor menor. Então precisa se rever todas essas questões no Decreto da
99 Cobrança, os valores que vão ser determinados para cada uso. Dando sequência, a Sra.
100 Maria Edelcides colocou o desejo em fazer um boletim informativo, boletim de outorga,
101 evolução dos usos, das águas superficiais e subterrâneas que seja de forma mensal como
102 também a questão da qualidade da água em pontos que são monitorados,
103 disponibilidade hídrica, outorgas solicitadas e emitidas. Com essas informações de
104 forma sistemática, em boletim informativo, disse que deverá levar a ideia para o Fórum
105 dos Comitês da Paraíba. A Sra. Andrea Cartaxo ressaltou a necessidade de que o Fórum
106 dos Comitês oficialize a solicitação das informações ao Diretor Presidente da AESA. A
107 Sra. Maria Edelcides falou da existência do site Águas da Paraíba, podendo esse boletim
108 informativo ser divulgado no referido site. Em relação ao que foi abordado no Encontro
109 Estadual de Comitês, quanto ao cruzamento do Programa Tarifa Verde da Energisa com
110 o cadastro dos usuários de água na intenção de um cadastro mais condizente com a
111 realidade, a Sra. Maria Edelcides respondeu que a Agência Nacional de Águas - ANA
112 tem uma resolução que solicita esses dados direto da ANEL e disponibilização desses
113 dados para os Estados. Voltando ao assunto da Cobrança, Sra. Maria Edelcides ainda
114 explicou que no Decreto da Cobrança pelo Uso da Água, artigo 1, parágrafo único, diz
115 que deverá ser revisado a cada 3 anos. Considerando que foi assinado e publicado no
116 dia 14.12.2012, então já é passível de revisão. Essa discussão se inicia dentro dos
117 comitês, é definido por meio de uma deliberação e depois encaminhado ao Conselho
118 Estadual de Recursos Hídricos. A partir de Resolução do CERH o Poder Executivo
119 emite o Decreto. No entanto é uma decisão do Comitê, inicialmente se vamos revisar,
120 depois se vamos revisar o texto, se vamos revisar valores de isenções. No caso das
121 nossas bacias a isenção do uso agropecuário no Litoral Sul é muito acima das bacias do
122 Litoral Norte e do Rio Paraíba, estamos com um milhão e quinhentos mil m³/s. Embora
123 que é previsto nas bacias hidrográficas do litoral sul que a cada ano aumenta o valor do
124 m³, no artigo 4, diz que terá um aumento no segundo e no terceiro ano. No caso do
125 abastecimento humano não muda os valores. Na verdade, o que está acontecendo agora
126 são os valores multiplicados pelo volume utilizado, valor unitário do metro cúbico pelo
127 volume utilizado, de captação e do uso da água, mas o próprio Decreto prevê um

128 coeficiente que ainda não está sendo utilizada; essa questão também é passível de
129 discussão. Como vai ser feita a utilização desse coeficiente, que tem a ver com a
130 natureza do corpo hídrico, a classe em que estiver enquadrado, a disponibilidade
131 hídrica, vazão reservada, uma série de características. A revisão do Decreto da
132 Cobrança também está sendo assunto dentro do Fórum dos Comitês. No dia 14.12.2015
133 teremos reunião do Fórum e uma das questões a ser discutida também é a revisão do
134 Decreto de Cobrança. Foi informado ainda que o Comitê ainda não tem acesso aos
135 recursos da cobrança, porque existe uma indefinição da AESA em relação aos valores.
136 A legislação federal prevê que 92,5% dos valores devem ser gastos nas bacias onde
137 foram arrecadadas e apenas 7,5% para a parte administrativa do sistema, mas tem uma
138 legislação estadual antiga que coloca 70% para AESA, 30% para os comitês. O Fórum
139 dos Comitês já teve mais de uma reunião com a AESA e por fim a definição ficou a
140 cargo do procurador do Estado. Com essa definição precisa ser explicitado o processo
141 de aplicação desses recursos. O CBH – Litoral Sul já tem um planejamento, mas como
142 não é um ente jurídico, então precisa desse ente jurídico para execução do que for
143 deliberado pelo comitê para usos dos recursos. No caso da Paraíba não é previsto pela
144 Política Estadual as agências de bacias que seria esse ente jurídico capaz de executar as
145 ações de uso dos recursos da cobrança; quem faz o papel das agências de bacias é o
146 próprio órgão gestor, a AESA, e existe uma série de dificuldades. O que precisa ser
147 definido é como vai ser, o que temos de recursos, como é que vai ser o processo de
148 acesso aos recursos. Então quem vai ter que fazer, vai ser a AESA o que for definido
149 pelo comitê. Sr. João Paulo (CREA) ressaltou que com quase quatro anos de crise
150 hídrica, com as ocorrências de chuvas abaixo da média, João Pessoa, a cidade em si não
151 está sentindo o reflexo dessa crise hídrica. Contudo, a cidade não está apenas inserida na
152 bacia do litoral sul, mas também na do Rio Paraíba. Assim sendo, estamos como se
153 estivéssemos num Oasis muito grande, como se não tivesse restrição ao consumo de
154 água, mas se não fizermos o dever de casa direito, desde já, poderá acontecer de nós
155 aqui do comitê estarmos clamando por atividades que reduzam essa captação de água
156 tamanha, com consumo racional na bacia e passarmos a vivenciar uma realidade
157 próxima aos outros comitês de bacias, principalmente, o do Rio Paraíba. Então, seria
158 rever essa isenção na cobrança por ser tão alta a do Litoral Sul em relação aos outros
159 comitês e acompanhar essas explorações para que tenham o compromisso com o uso
160 racional e dessa forma até nossa água subterrânea, considerada reserva estratégica, ter
161 redução da produção, por conta da retirada maior do que o que é permitido. E não
162 conhecemos até hoje como ocorre às recargas desses lençóis estratégicos, e as indústrias
163 faz muito a aplicação de usos desses lençóis subterrâneos e nessa sequência poderá, com
164 esses efeitos de mudanças de clima, que não sabemos quando vai passar, mas é uma
165 tendência que se prolongue ainda mais tempo. Onde é para acontecer chuva vem o
166 inverso. Então precisamos usar água, mas usar de uma forma racional. A Sra. Maria
167 Edelcides concordou com o exposto e acrescentou que temos que levar também em
168 consideração que as discussões sobre cobrança aconteceram em 2008, onde a realidade
169 hídrica de 2008 era diferente de 2015, ou seja, um espaço muito grande para época que
170 foi definido/discutido para época que está sendo implementada a cobrança. Concordo
171 com João Paulo, realmente precisamos rever as isenções e um dos objetivos da cobrança

172 é o uso racional. O Litoral Sul possui relativamente mais água, mas em relação à
173 qualidade temos problemas seríssimos no Gramame que já foi detectado, com inquérito
174 civil público em andamento. Quantidade e qualidade precisam andar juntas. A Sra.
175 Maria Edelcides agradeceu a presença da gerente de outorga e registrou a presença da
176 gerente de cobrança, Sra. Betânia, e dando continuidade a pauta convidou a Sra.
177 Mirella, professora do IFPB e 1ª Secretária Geral do CBH-LN que iniciou sua
178 apresentação informando que no primeiro semestre deste ano fez uma apresentação
179 neste Comitê, com todo o histórico da cobrança, e que iria falar da questão operacional,
180 como pode se iniciar o processo de revisão da cobrança e que inclusive já pode ser
181 iniciado, porque em 14 de dezembro de 2015 são 3 anos da assinatura e que, segundo o
182 Decreto, pode ser revisado em três anos após a regulamentação. Explicou como os
183 recursos são arrecadados, onde podem ser aplicados. Para iniciar a revisão do Decreto
184 tem algumas legislações sobre cobrança, então quem quiser entender mesmo o que é a
185 cobrança, para onde vai o dinheiro, como ele deve ser aplicado, tem que fazer o dever
186 de casa e são oito leis, desde da Política Nacional e Estadual de recursos hídricos, a lei
187 de criação da AESA, que é quem executa a cobrança, a aplicação da própria lei, a
188 legislação que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos que é para onde o
189 dinheiro vai, a deliberação do Comitê de 2008, a resolução do Conselho Estadual e uma
190 modificação que teve em relação à cobrança além do próprio Decreto. Como já foi
191 falado por Andrea, quem deve ser cobrado, os usuários outorgados que estão acima de
192 um determinado volume anual, que é o que chamamos de volume de isenção, então a
193 concessionária de água como a Cagepa, e de tratamento de efluentes, prefeituras se
194 tiverem outorga, indústrias, irrigantes, agricultores, entre outros usuários de água.
195 Então, uma coisa importantíssima que temos que lembrar quando tivermos trabalhando
196 na revisão da cobrança, quando quiser sugerir alguma modificação no mecanismo é
197 entender os três objetivos que estão na lei federal e que devem ser cumpridos. Então
198 qual é o objetivo da cobrança: ser considerado bem econômico, dar ao usuário a
199 consciência do seu real valor e inserir a racionalização do uso da água. Então hoje todo
200 o sistema precisa ser sustentável ou parcialmente sustentável. Essas informações estão
201 na lei estadual 8.446/2007 que atualizou a Política Estadual de Recursos Hídricos. Para
202 a revisão do Decreto de cobrança, a AESA faz um estudo encaminha para os comitês, os
203 comitês aprovam, encaminha para o CERH e do Conselho o governador assina. O
204 caminho deve ser esse quando for fazer a revisão. A periodicidade de revisão deve ser
205 de 3 anos, os recursos devem ser, obrigatoriamente, depositados no Fundo Estadual de
206 Recursos Hídricos e aplicados, prioritariamente, na bacia hidrográfica onde foram
207 gerados. Então, esse é um detalhe que o comitê tem que aprofundar, inclusive o Fórum
208 Estadual dos Comitês, articular com a AESA, os comitês reunidos, já estão em contato
209 direto com a AESA para entender quando é que esse recurso vai cair na conta do Fundo,
210 que os usuários já estão pagando, mas esses recursos ainda não estão na conta do Fundo.
211 Ele está numa conta da AESA e tem a identificação do usuário de cada bacia. O valor
212 pode ser pago em até 12 parcelas, no período de 12 meses, o usuário pode entrar com
213 um processo na AESA para deduzir até 50% do valor pago, mas ele tem que comprovar
214 que vai fazer alguma ação, que só podem ser três que ele pode pleitear: monitoramento
215 quali-quantitativo; projetos de obras destinados ao afastamento e tratamento de esgotos

216 e em manutenção de barragem, mediante comprovação das despesas. A AESA ainda
217 não respondeu nenhum processo em relação a isso, ninguém chegou a pleitear, até tentar
218 entender como a AESA vai fazer essa análise, quais são os critérios que ela vai
219 considerar para que seja válido aquele desconto. Por exemplo, usuários que se propõem
220 a um projeto de reflorestamento, mata ciliar, isso não é mais que obrigação, ele não vai
221 ter desconto por causa disso na cobrança porque é obrigação dele, tem que ser alguma
222 coisa que realmente, vá influenciar naqueles três itens citados. A senhora Mirella
223 mostrou a quantidade de outorgas válidas, vencidas e em andamento, um total de 645 na
224 bacia do Abiaí, mas pagante só 101, por conta do limite de isenção que é muito alto e
225 deixa muitos usuários de fora. Então só 15,7% dos usuários é que estão pagando hoje.
226 Na bacia do rio Gramame, considerando outorgados, vencidos e em andamento tem
227 274, pagantes 96, então é 35%. Nessa simulação de 2015, a arrecadação do primeiro ano
228 da cobrança, a bacia do Abiaí R\$ 748.000,00 (setecentos e quarenta oito mil reais), a
229 bacia do Gramame R\$ 2.010.000,00 (dois milhões e dez mil reais) o que dá um total de
230 R\$ 2.758.000,00 (dois milhões e setecentos e cinquenta e oito mil reais). Essa bacia é a
231 que mais arrecada, o Litoral Norte é a que menos arrecada, isso por conta da irrigação e
232 do abastecimento de água da Cagepa, A senhora Mirella também apresentou a situação
233 no segundo e terceiro ano, no terceiro ano ainda não é um valor muito alto,
234 considerando todos os usos, como se a AESA fizesse uma regularização geral e todos
235 estivessem pagando, aqui está dividido por uso, abastecimento público (Cagepa), como
236 grande usuária, irrigação, comercial, lançamento de efluentes, a Cagepa com 75% da
237 arrecadação. A senhora Mirella ressaltou que precisa saber com a gerente da cobrança
238 como está o andamento do processo da Cagepa. A Sra. Maria Edelcides informou que
239 segundo a Sra. Betânia, a Cagepa entrou com processo administrativo e solicitaram
240 várias informações e já foram respondidas. A AESA estava aguardando o retorno.
241 Quanto à revisão é uma decisão que o comitê que vai tomar, mediante os estudos feito
242 pela AESA e outras ações que temos que pensar. Então eu gostaria de entender qual vai
243 ser o critério para o diferencial de irrigação para agroindústria, revisão dos usuários
244 vencidos. Regularização dos que captam água sem outorga, atentar sobre a aplicação
245 dos recursos, apenas do Plano Estadual ou também dos planos de bacia, aprovar os
246 limites de isenções, além disso que não foi colocado seria trabalhar o próprio valor da
247 cobrança que se sabe que tudo aumentou. O Sr. Cogézio colocou sua preocupação que
248 não é que todos paguem; sua preocupação maior é que o dinheiro realmente seja
249 aplicado na bacia. A Sra. Mirella Motta ressaltou a importância do controle social, os
250 comitês enquanto Fórum estão fazendo esse controle. O Sr. Cogézio colocou que
251 quando a outorga for dada a um usuário que realmente o usuário seja fiscalizado. A Sra.
252 Mirella Motta colocou que a fiscalização é um gargalo da AESA, porque a equipe é
253 muito pequena, e que o recurso da cobrança também pode ser utilizado para
254 fiscalização. O Sr. Joseildo (CAGEPA) ressaltou que se falou muito no valor
255 econômico da água, então se a água tem um valor econômico, todos deveriam pagar
256 pelo uso da água. Agora as tarifas deveriam ser diferenciadas, os valores diferenciados,
257 mas todos deveriam pagar e uma aplicação dos recursos arrecadados os 50% dos
258 recursos para deveriam ser aplicados na fiscalização, porque a fiscalização gera
259 recursos, se não fiscalizar não tem recursos, ou seja, poucos pagando e muitos usando.

260 A Sra. Maria Edelcides pediu a gerente de cobrança para enviar por e-mail o valor total
261 atualizado, arrecadado em todas as bacias A Sra. Maria Betânia ficou de passar as
262 informações solicitadas por e-mail e se colocou a disposição para tirar qualquer dúvida.
263 A Sra. Maria Edelcides convidou o Sr. André Lucena Pires, aluno do curso de mestrado
264 de Engenharia Ambiental da UFPB, orientando do Professor Tarcísio Cabral para
265 apresentar sua dissertação “Vulnerabilidades das bacias hidrográficas do Litoral Sul
266 Paraibano” O Sr. André Lucena Pires fez a explanação da sua dissertação que teve
267 como principais objetivos estudar o abastecimento, analisar a realidade ambiental, como
268 se encontravam as bacias hidrográficas do Litoral Sul, ambientalmente. Foram
269 analisados vários fatores em relação ao solo, áreas de preservação permanente, áreas
270 mais urbanizadas. Finalizada a apresentação e dando continuidade a pauta, a Sra. Maria
271 Edelcides colocou que o Sr. Allyson, representante da AMBEV e 2º Secretário Geral
272 saiu da AMBEV e o cargo se encontrava vago. Perguntou quem tem interesse em ser o
273 2º Secretário Geral, o Sr. Siese de Meer (representando sociedade civil) foi eleito por
274 unanimidade. Como foi sugestão do representante da Defesa Civil que o Comitê
275 sempre realizasse visitas técnicas, a próxima visita esta prevista para o dia 17.12.2015
276 que vai ser na Usina Tabu. A Sra. Maria Edelcides perguntou se iriam precisar de
277 transporte. Os membros que confirmaram disseram que iriam em carro próprio. Nada
278 mais havendo a tratar eu, João Paulo Neto, secretário desta plenária, lavrei a presente
279 ata que vai com lista de presença anexa.

280